

# Formação de Públicos Estratégicos para Obtenção de Especialização em Igualdade de Género

Dulce Couto  
Kerigma, 2021

# MÓDULO I

## ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL



IGUALDADE, DIVERSIDADE E CIDADANIA



SEXO E GÉNERO



PAPÉIS SOCIAIS DE GÉNERO, PARADIGMAS E ESTEREÓTIPOS



LINGUAGEM COMO PARADIGMA DAS (DES)IGUALDADES



COEDUCAR PARA UMA CIDADANIA DEMOCRÁTICA



IGUALDADE, DIVERSIDADE  
E CIDADANIA



## Igualdade

Princípio de organização social segundo o qual todas as pessoas devem ter os mesmos direitos, deveres, privilégios e oportunidades.  
Pode ser formal ou material.



## Diversidade

Coexistência, numa mesma comunidade, sociedade, país ou outro núcleo social, de diferentes culturas e etnias.



## Cidadania

Condição das pessoas enquanto membros de um Estado ou de uma comunidade política, constituindo-se como detadoras de direitos e obrigações. O seu exercício traduz-se na participação na vida pública e política de uma comunidade.



## ALGUNS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE REFERÊNCIA

### DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

#### Artigo 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

#### Artigo 2.º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. (...)

#### Artigo 23.º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.  
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.  
(...)

### CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM

#### Artigo 14.º

Proibição de discriminação

O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.



## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

### Artigo 12.º

#### Princípio da universalidade

1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.
2. As pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.

### Artigo 13.º

#### Princípio da igualdade

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.



## Igualdade de Género

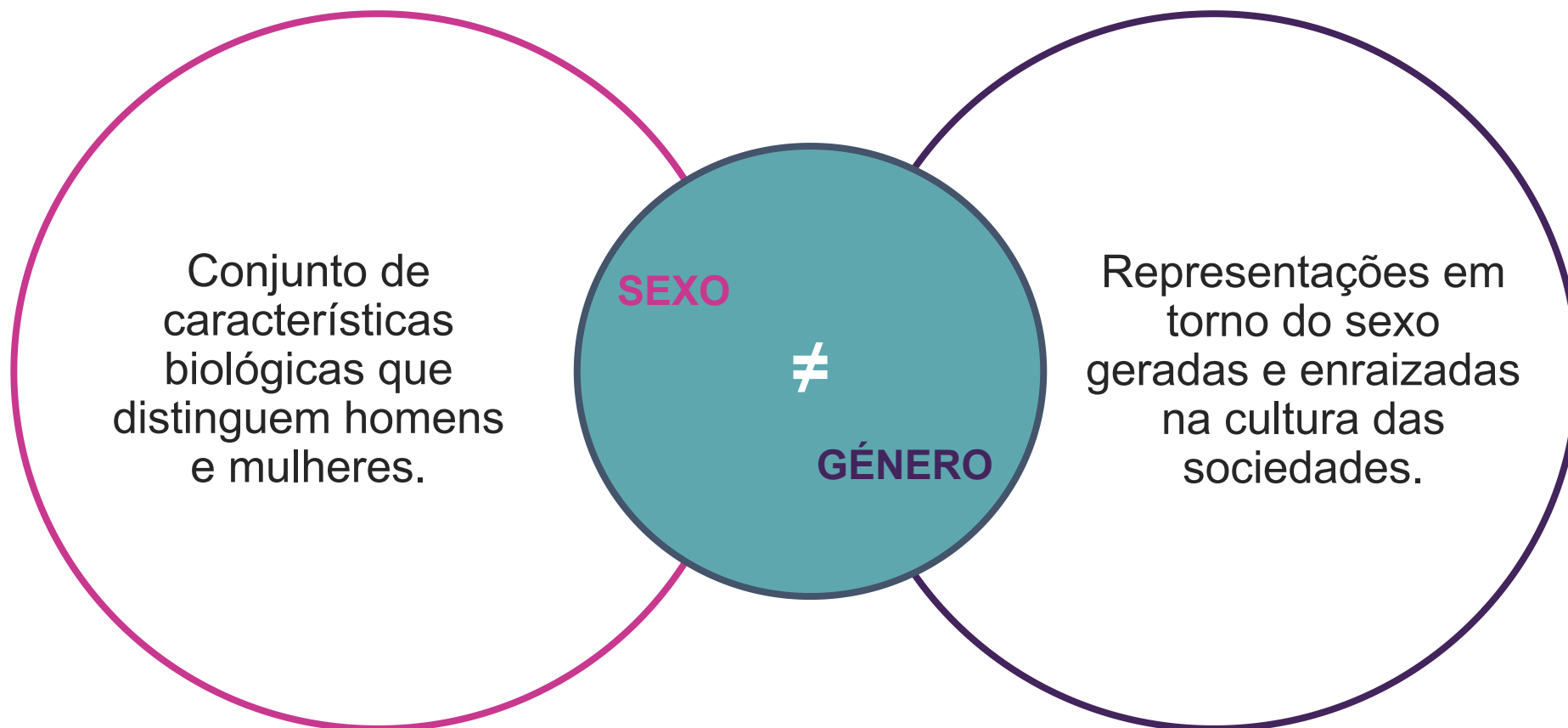
Conceito que significa, por um lado, que todos os seres humanos são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e fazer opções independentemente dos papéis atribuídos a homens e mulheres, e, por outro, que os diversos comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres e homens são igualmente considerados/as e valorizados/as.



SEXO E GÉNERO

The image is a vibrant, abstract graphic design. At the center is a large, stylized female symbol (a circle with a vertical line and a horizontal crossbar) in a dark purple color. This symbol is enclosed within a thin, light pink circular border. Below the symbol, the text "SEXO E GÉNERO" is written in a clean, white, sans-serif font, centered within a solid pink rectangular box. The background is a complex, layered composition of various shapes and colors. Large, flowing, organic shapes in shades of purple and magenta dominate the space. Interspersed among these are numerous smaller, geometric elements: thin, elongated bars in red, teal, yellow, and dark purple; small circles in yellow, teal, and pink; and a small, dark purple, teardrop-shaped element at the bottom center. The overall aesthetic is modern and artistic, with a strong emphasis on color and form.

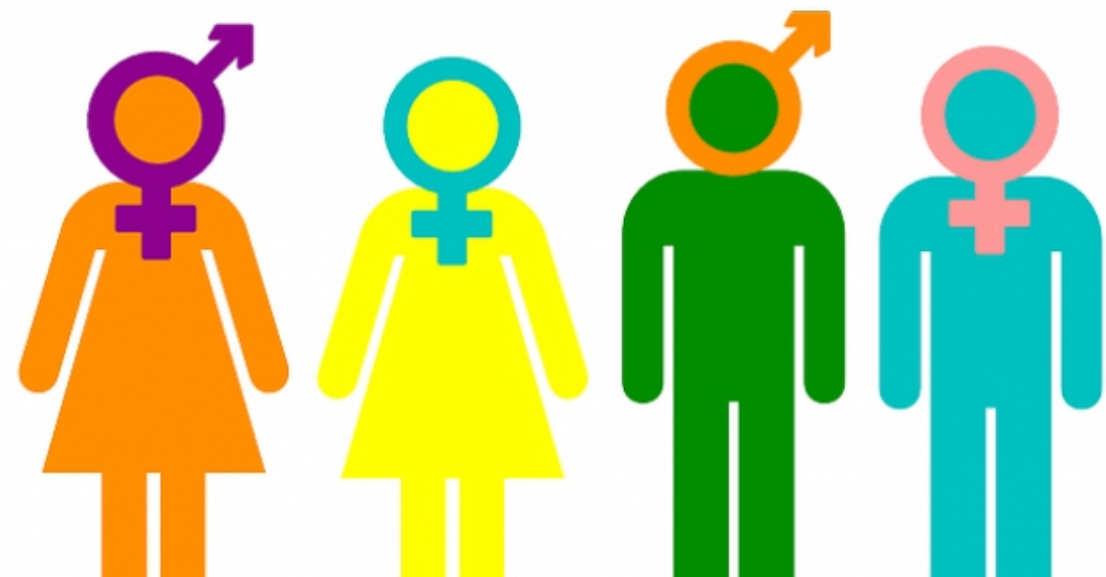






## Expressão de Género:

Gostos, maneirismos, forma de vestir, forma de apresentação, aspeto físico, comportamentos e atitudes de uma pessoa. É a maneira através da qual expressamos o nosso género por meio de ações e pela aparência. A expressão de género pode ser qualquer combinação de masculino, feminino e andrógeno.



## Identidade de Género:

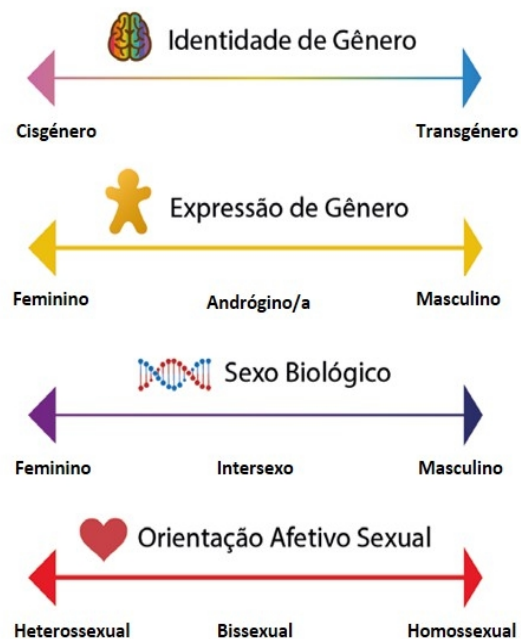
Sentimento de ser de um determinado género, independentemente da anatomia. Identificámo-nos, em geral, como mulheres ou como homens mas, em muitas situações, esta identificação não é dicotómica (não binária).

A identidade de género traduz uma identificação “psicológica” de ser mulher ou homem. Esta identificação, profunda e pessoal, é uma componente fundamental da identidade de todas/os.

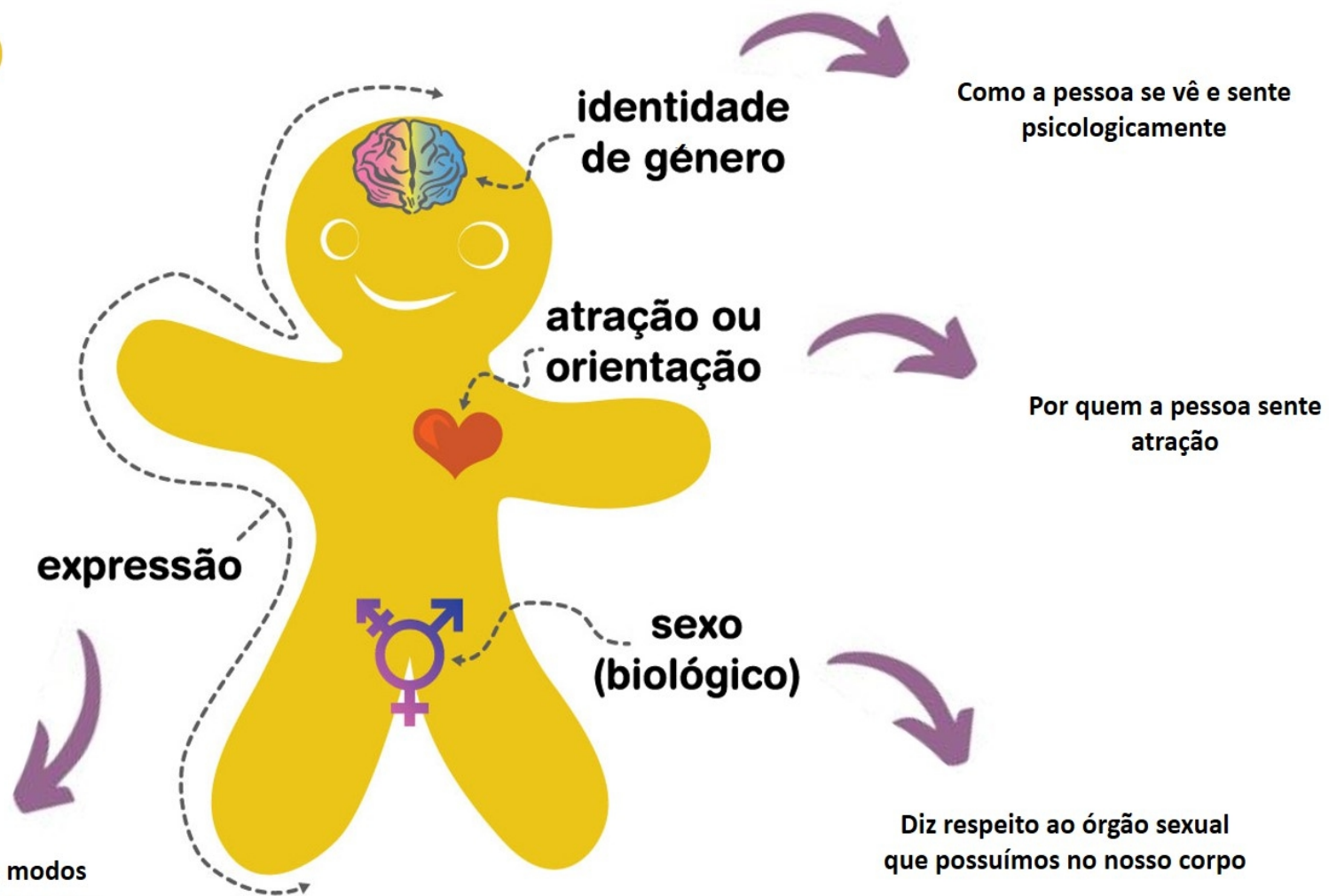
- ❖ **Cisgénero:** pessoa cuja identidade de género corresponde ao sexo determinado à nascença.
- ❖ **Transgénero:** pessoa cuja identidade de género não corresponde ao sexo determinado à nascença.

# THE GENDERBREAD PERSON

## BISCOITO DE GÊNERO



Estilo, comportamentos, modos de falar, que manifestam a nossa personalidade e identidade





PAPÉIS SOCIAIS DE GÉNERO,  
PARADIGMAS E ESTEREÓTIPOS



## Estereótipos de género

Consistem em representações generalizadas e socialmente valorizadas acerca do que os homens e as mulheres devem ser e fazer.

## Papéis sociais

Constituem-se como comportamentos e atitudes influenciados/as pelos estereótipos; designam-se de género quando são específicos e desiguais para homens e para mulheres pelo simples facto de o serem.

## Paradigmas

Consistem em sistemas ou modelos conceptuais, sociais ou políticos que servem de exemplo geral, isto é, de padrão. No caso do género, ao longo da história, foram evoluindo de modelos baseados na invisibilidade do género, para modelos dicotómicos, avançando, depois, para modelos que comportam a diversidade de identidades de género reconhecidas na atualidade.



## Estereótipos masculinos

- Estabilidade emocional;
- Dinamismo;
- Agressividade;
- Domínio;
- Afirmação;
- Objetividade;
- Afetividade pouco marcada;
- Maior desenvolvimento intelectual;
- Racionalidade;
- Valentia;
- Mecanismos de autocontrolo eficazes...



## Estereótipos femininos

- Instabilidade emocional;
- Passividade;
- Ternura;
- Submissão;
- Dependência;
- Subjetividade;
- Afetividade muito desenvolvida;
- Menor desenvolvimento intelectual;
- Intuição;
- Insegurança;
- Mecanismos de autocontrolo pouco eficazes...



Exs.: Chefe de família, líder, trabalhador, provedor, decisor, gestor da autoridade, da disciplina e da vida social da família, etc..

Papéis sociais masculinos:

Papéis sociais femininos:

Exs.: Mãe, esposa, dona de casa, cuidadora dos filhos e de outros dependentes, educadora, etc..



## MECANISMOS (RE)PRODUTORES DA DESIGUALDADE DE GÉNERO

### Educativos

Práticas educativas diferenciadoras (exs.: tarefas ou atividades específicas para rapazes e raparigas), condicionamento de características de personalidade ou emoções mediante o sexo (ex.: “os homens não choram”), oportunidades distintas de acesso a determinadas áreas de formação (ex.: processos de seleção discriminatórios no acesso a cursos de formação), etc..

### Socioculturais

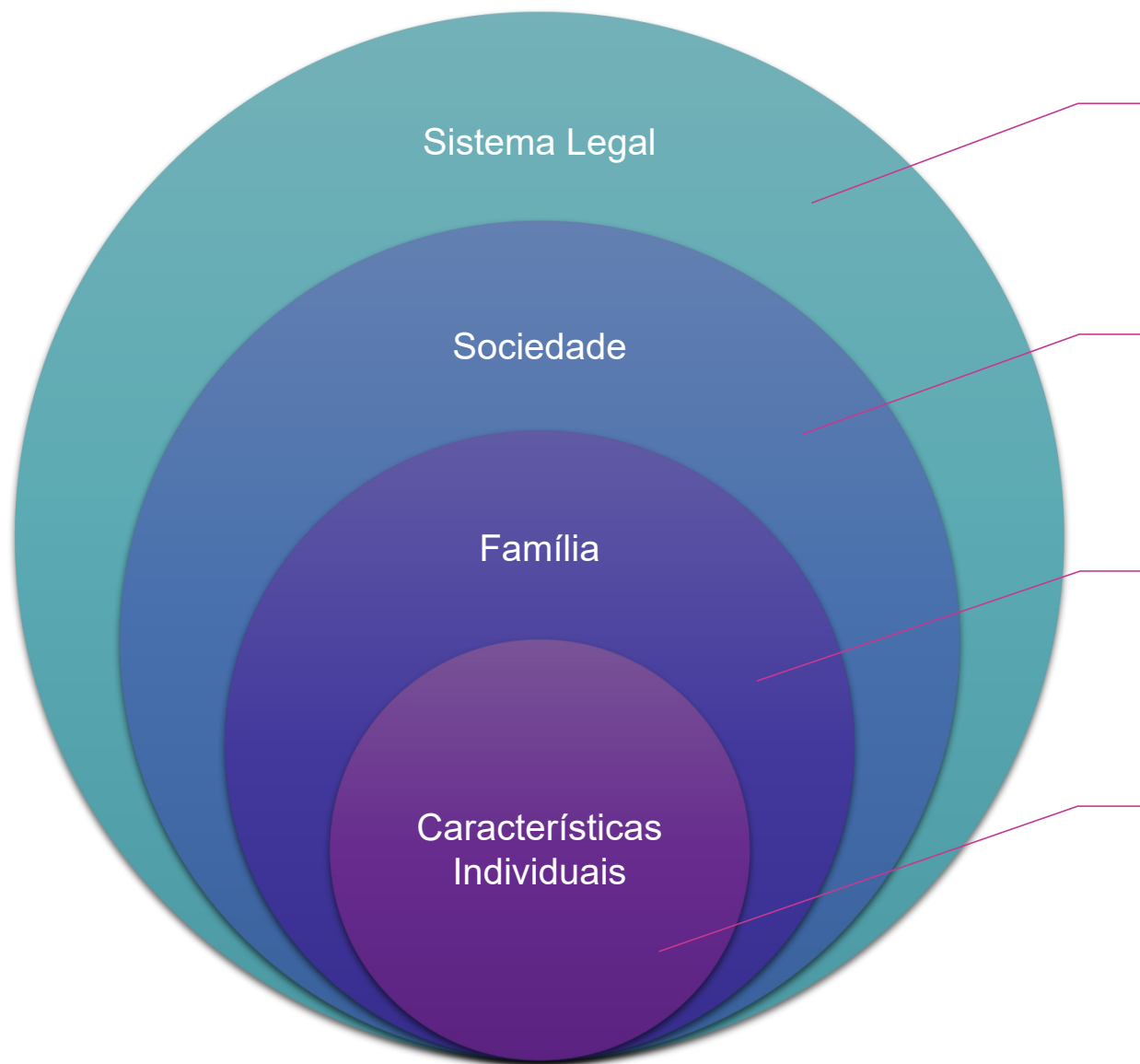
Modelos de organização familiar e social patriarcais, dificuldades na conciliação da vida familiar com a vida profissional, inequidade salarial, obstaculização no acesso de mulheres a cargos de chefia em virtude de condições como a maternidade, utilização de linguagem não inclusiva, etc..

### Religiosos

Doutrinas diferenciadoras do papel de homens e mulheres, reduzindo estas últimas a papéis de submissão/obediência feminina e/ou procriação, etc..

### Legislativos

Leis segregacionistas e diferenciadoras (ex.: voto), decisões judiciais baseadas em concepções morais (exs.: virtude feminina, assédio e vitimação) ou biológicas (ex.: laços materno-filiais/paterno-filiais), etc..



Legislação antidiscriminação e promotora da igualdade, medidas de discriminação positiva, etc..

Diz respeito ao sistema de socialização, às normas e valores sociais, culturais e religiosos, assim como sistemas de educação formal, assentes no respeito pela igualdade, pela equidade, etc..

Práticas educacionais equitativas entre homens e mulheres/ rapazes e raparigas, quer em termos de tarefas, quer ao nível dos valores e do acesso a oportunidades nas esferas privada e pública.

Características relacionadas com a biologia, a orientação sexual, o sistema interno de crenças e valores, etc..





## NOVAS DINÂMICAS E MUDANÇAS DE PARADIGMAS

Novas formas de pensar e viver a democracia, sendo a igualdade de género um dos seus pilares fundamentais.



**Democracia paritária**

Combinação de medidas de ação positiva e de integração da perspetiva de género em todas as políticas públicas.



**Abordagem dual para a promoção da igualdade de género**

Adoção de medidas, ações e normas que visam facilitar a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar das mulheres e dos homens, e promotoras da igualdade de oportunidades.



**Boas práticas de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional**

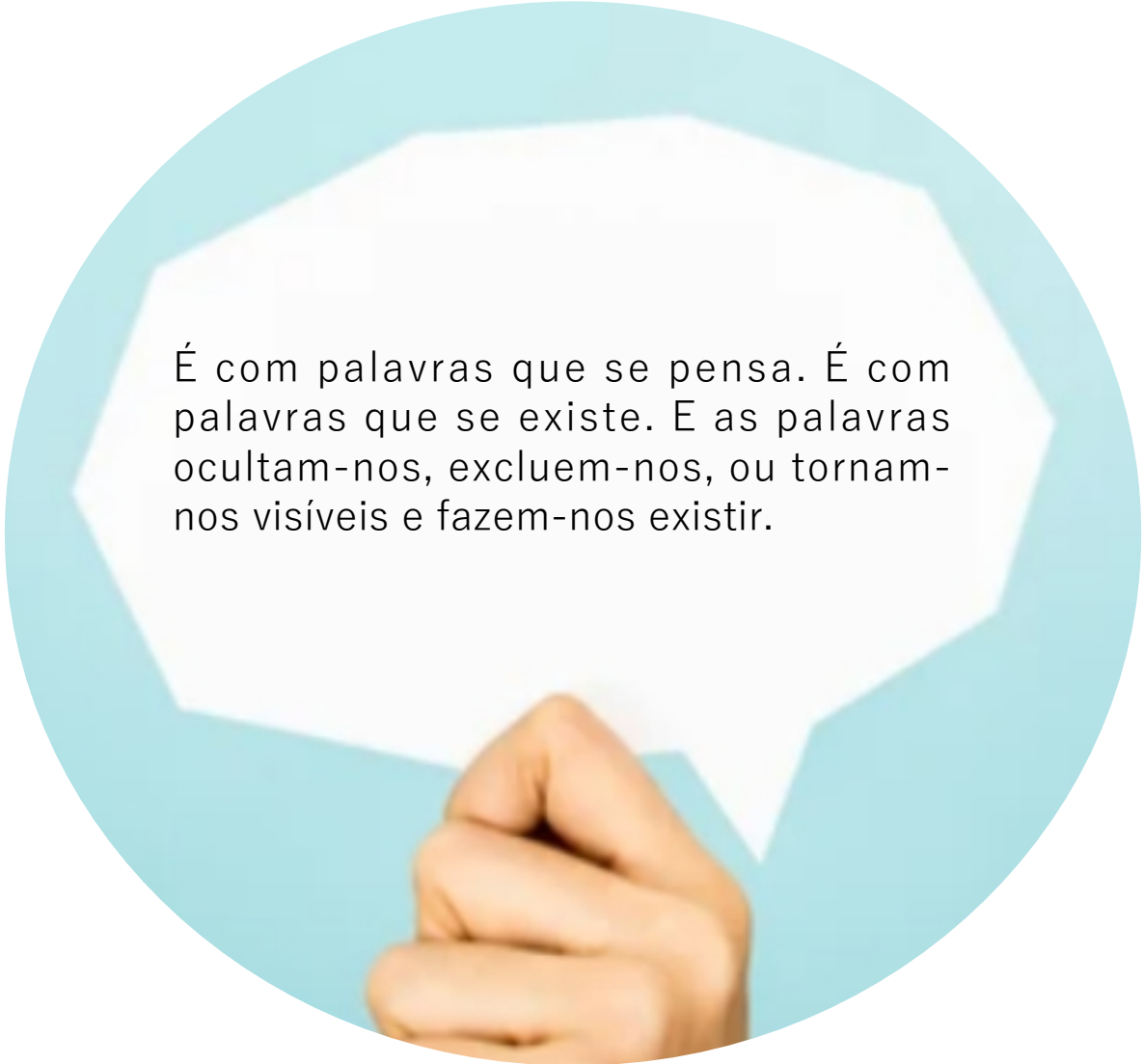
Integração sistemática, em todas as políticas, das situações, prioridades e necessidades das mulheres e dos homens, tendo em vista a promoção da igualdade entre umas e outros.



**Mainstreaming de género**



LINGUAGEM COMO PARADIGMA  
DAS (DES)IGUALDADES



É com palavras que se pensa. É com  
palavras que se existe. E as palavras  
ocultam-nos, excluem-nos, ou tornam-  
nos visíveis e fazem-nos existir.



**homem** (do Lat. *homine*), s. m. animal mamífero, bípede, bímano, racional e sociável que, pela sua inteligência e pelo dom da palavra, entre outros aspectos, distingue dos outros seres organizados; pessoa adulta do sexo masculino; varão; (fam.) marido; sujeito, indivíduo; (fig.) a espécie humana, a humanidade.  
**homem-bom**, s. m. (ant.) indivíduo de...

**mulher** (do Lat. *muliere*), s. f. pessoa do sexo feminino, depois da puberdade; pessoa adulta do sexo feminino; esposa; consorte; senhora; pessoa do sexo feminino pertencente à classe popular; o conjunto das pessoas do sexo feminino; espécie de jogo; (Bot.) ~-frágil: planta africana.



Linguagem  
oral



Linguagem  
escrita



Linguagem  
não verbal

## A desigualdade de género no discurso e na linguagem não verbal

Como qualquer outra construção e prática social, a linguagem chega-nos marcada pela história e estruturas de poder.

Na linguagem corrente, é comum o uso exclusivo do masculino para designar um conjunto do género masculino e do género feminino e os plurais são sempre construídos no masculino, desde que se inclua um homem, independentemente do número de mulheres. Ou seja, admite-se, sem dificuldade, que o masculino engloba o feminino.

O masculino é, ainda, identificado com a universalidade dos seres humanos (ex.: “o Homem”, com maiúscula, como sinónimo de Humanidade), ou seja, para além de si próprio, é assumido como neutro.

A linguagem administrativa é tendencialmente redigida no masculino.

As profissões e cargos de prestígio ou poder tendem a ser oficialmente designados no masculino, havendo mesmo mulheres que, exercendo estas profissões ou cargos, recusam a feminização para evitar uma qualquer desvalorização social do cargo que ocupam. Nestas, como noutras, a utilização da linguagem traduz a segregação do mercado de trabalho.



“Contraposta à capacidade de referência meramente específica do género feminino, a dupla função – genérica e específica – do género masculino, dos termos que se referem aos homens, constitui um importante mecanismo de reforço de um modelo em que o homem se torna a medida do humano, a norma ou o ponto de referência.”





## Sobre a importância política e social da linguagem...

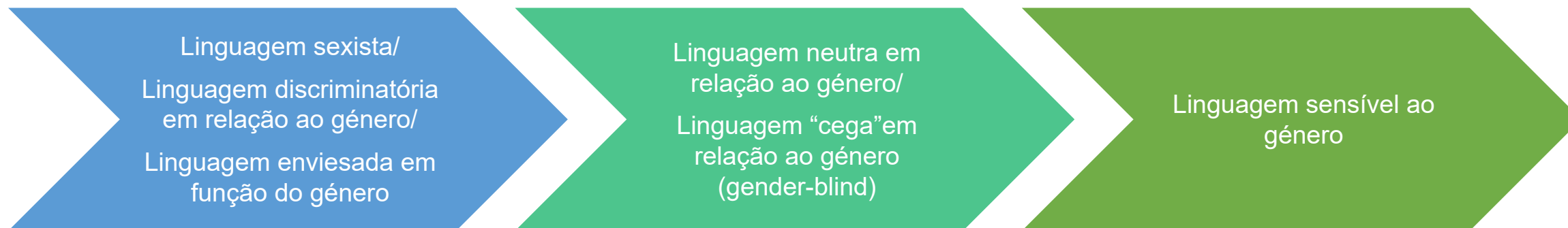
1. A Constituição da República Portuguesa contempla, no seu art. 26.º, o direito à identidade pessoal, sendo que o sexo é o primeiro fator da identidade individual.
2. O Regimento do Conselho de Ministros, alterado em maio de 2006, incluiu, nas Regras de legística na elaboração de actos normativos pelo XVII Governo Constitucional, a utilização de uma linguagem não discriminatória de forma a “neutralizar-se ou minimizar-se a especificação do género através do emprego de formas inclusivas ou neutras (...)”.
3. Em 2007, a Recomendação do Conselho da Europa sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género considera a “eliminação do sexismo na linguagem e a promoção de uma linguagem que reflecta o princípio da igualdade de género” como uma das seis Normas Gerais a seguir pelos Estados-Membros.
4. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, que Portugal ratificou em 1980, refere, no seu artigo 5.º, alínea a), que: “os Estados Parte tomam todas as medidas apropriadas para modificar os esquemas e modelos de comportamento sócio-cultural dos homens e das mulheres com vista a alcançar a eliminação dos preconceitos e das práticas costumeiras, ou de qualquer outro tipo, que se fundem na ideia de inferioridade ou de superioridade de um ou de outro sexo ou de um papel estereotipado dos homens e das mulheres”.





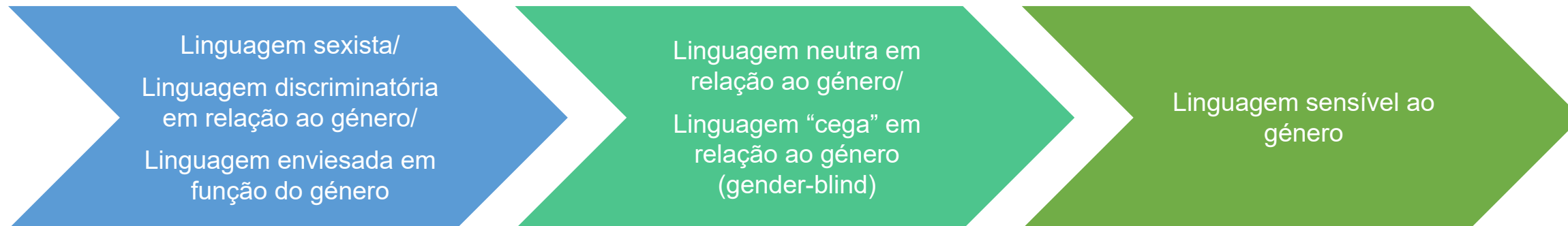


# ESCALA DA INCLUSÃO NA LINGUAGEM

**EVITAR****USAR COM PRECAUÇÃO****FAVORECER**

**Linguagem  
exclusiva**

**Linguagem  
inclusiva**

**Exemplos:**

**Linguagem sexista (sentido pejorativo):** “As mulheres devem ganhar menos do que os homens porque são menos inteligentes.”

**Linguagem discriminatória em relação ao género (pode não incluir intenção sexista):** “Os embaixadores e as suas esposas foram convidados para o jantar”.

**Linguagem enviesada em função do género (valoriza, implícita ou explicitamente, um género em relação a outro/s):** “Preciso de falar com a pessoa responsável pela administração. Ele encontra-se na empresa?”

**Exemplos:**

**Linguagem neutra (sem alteração da língua):** “As pessoas ainda não reconhecem o verdadeiro impacto que têm no ambiente.”

**Linguagem neutra (com alteração da língua, nomeadamente pela utilização de novas grafias):** Utilização do “x”, do “@” e do “e” em vez dos marcadores de género “a” e “o” (exs.: amigxs, tod@s, todes, illes).

**Exemplos:**

**Linguagem sensível ao género:** “A igualdade é uma questão fundamental para todas as mulheres, todos os homens e todas as pessoas não-binárias.”



# PROCEDIMENTOS PARA UMA LINGUAGEM INCLUSIVA

## Neutralização ou abstração da referência sexual

- **Substituição por genéricos verdadeiros:**

a) Nomes com um só género gramatical para designar pessoas de ambos os sexos:

Exs.: *A pessoa que requer*, em vez de *O requerente*.

b) Coletivos ou nomes representando instituições/ organizações:

Exs.: *A gerência*, em vez de *O gerente*; *À Presidência*, em vez de *Ex.mo Sr. Presidente*.

c) Eliminação do artigo, quando possível, no caso de substantivos comuns dos dois géneros:

Exs.: *Requerente*, em vez de *O requerente*.

- **Substituição de nomes por pronomes invariáveis:**

Ex.: *Quem requerer deve*, em vez de *Os requerentes devem*.

- **Outros procedimentos alternativos:**

Exs.: *Filiação*, em vez de *Filho de*; *Data de nascimento*, em vez de *Nascido a*; *Agradece-se a sua colaboração*, em vez de *Obrigado pela colaboração*; *Vive só*, em vez de *Vive sozinho*; *O Povo Português*, em vez de *Os Portugueses*.



## Especificação do sexo

- **Utilização de formas duplas:**

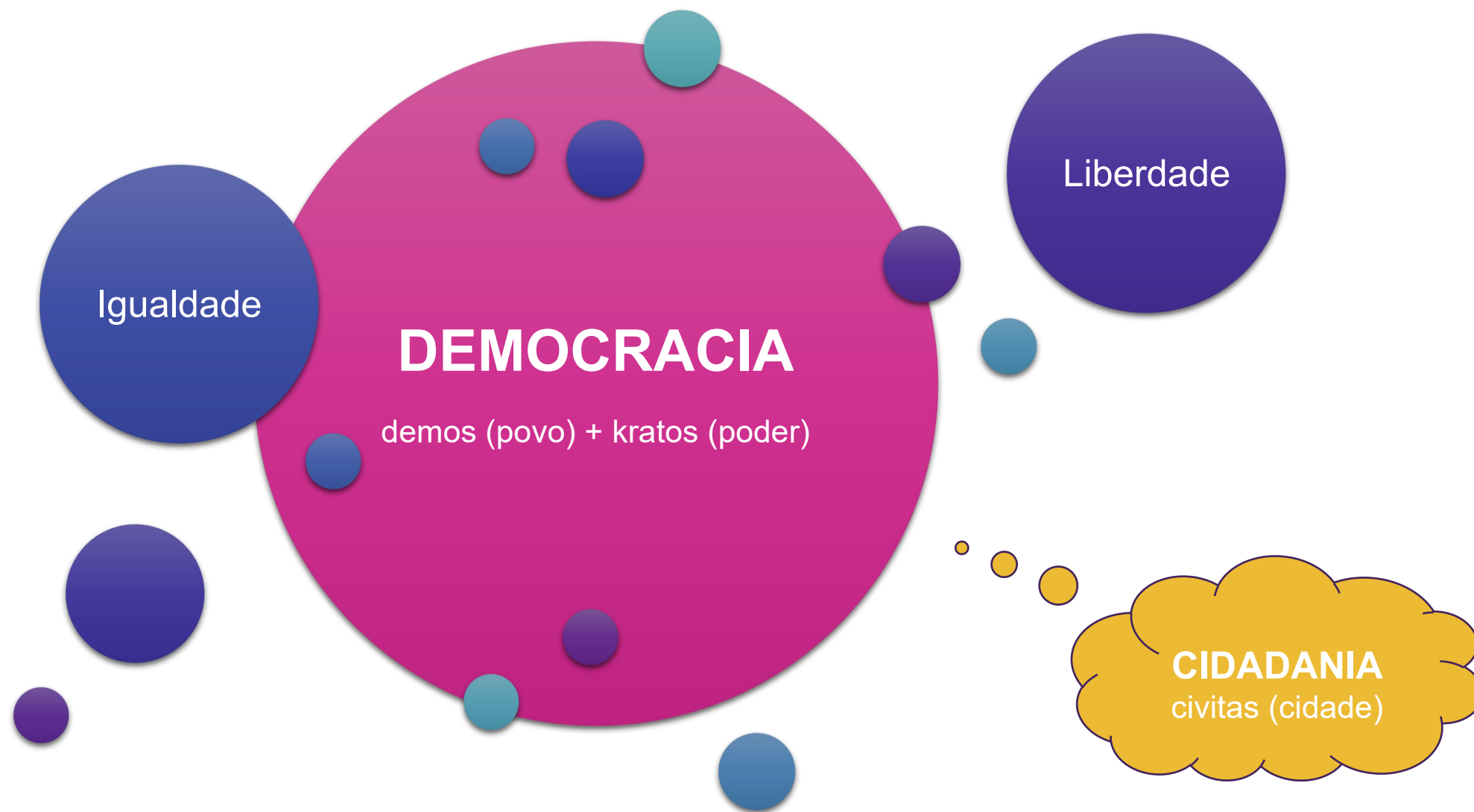
Exs.: *Pai e Mãe*, em vez de *Pais*; *Avó e avô* em vez de *avós*; *Trabalhadores e trabalhadoras estrangeiras* em vez de *trabalhadores estrangeiros*.

- **Utilização de barras:**

Exs.: *O/a doente, os/as estudantes, o/a diretor/a, a/o médica/o, o/a(s) titular(es)*.



**COEDUCAR PARA UMA CIDADANIA  
DEMOCRÁTICA**





## A EDUCAÇÃO COMO PILAR DA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

A par da educação académica tradicional, a vivência das exigências atuais implica, de igual forma, um investimento na formação das pessoas para os valores que sustentam as sociedades democráticas, numa dimensão de educação para a cidadania, e no quadro do pleno respeito pelos direitos humanos. Valores, tais como:



Liberdade

Justiça

Tolerância e  
respeito pela  
diversidade

Igualdade e  
combate às  
desigualdades





## Carta sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos

A educação tem um papel essencial na promoção dos valores fundamentais do Conselho da Europa, a saber: a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito. A educação contribui, também, para prevenir as violações dos direitos humanos, estabelecendo limites à violência crescente, ao racismo, aos extremismos, à xenofobia, à discriminação e à intolerância. Para responder a esta tomada de consciência, os 47 Estados-membros do Conselho da Europa adotaram a **Carta sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos**, no quadro da Recomendação CM/Rec (2010)7 do Comité de Ministros.

No seu ponto 2, apresenta as seguintes definições:

- a. **“A educação para a cidadania democrática”** engloba a educação, a formação, a sensibilização, a informação, as práticas e as atividades que visam, através da aquisição, pelos aprendentes, de conhecimentos e competências, da compreensão e do desenvolvimento das suas atitudes e dos seus comportamentos, capacitá-los para o exercício e a defesa dos direitos e deveres democráticos, para a valorização da diversidade e para o desempenho de um papel ativo na vida democrática, a fim de promover e proteger a democracia e o primado do direito.
- b. **“A educação para os direitos humanos”** engloba a educação, a formação, a sensibilização, a informação, as práticas e as atividades que visam, através da aquisição, pelos aprendentes, de conhecimento e competências, da compreensão e do desenvolvimento das suas atitudes e dos seus comportamentos, capacitá-los para participar na construção e defesa de uma cultura universal dos direitos humanos na sociedade, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais.



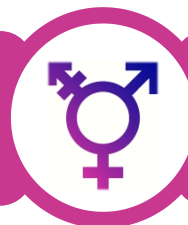
## COEDUCAR EM IGUALDADE DE OPORTUNIDADES SIGNIFICA...

Favorecer o acesso de rapazes e raparigas e de homens e mulheres às mesmas oportunidades de aprendizagem, garantindo, também, as mesmas condições para o desenvolvimento de capacidades, num contexto de interação paritária.



Promover interações entre rapazes e raparigas e entre homens e mulheres assentes na reflexão crítica relativamente aos estereótipos de género, numa lógica de desconstrução conjunta e resignificação das diferenças enquanto diversidade, por oposição à dicotomia superioridade/inferioridade.

Proceder à integração da igualdade de oportunidades nas diferentes áreas do processo escolar e educativo, quer através de infusão curricular, quer através da promoção de atividades académicas e lúdicas não segregacionistas.



Promover a adoção de uma linguagem igualitária, quer no âmbito dos materiais produzidos, nomeadamente para as crianças e jovens, quer em toda a documentação administrativa, para além de a promover, também, nas práticas comunicacionais (oral e escrita).

Acautelar a formação inicial e contínua dos diferentes agentes educativos em matéria de igualdade de oportunidades (exs.: professores/as, formadores/as, dirigentes, auxiliares, etc.).



Alargar os mesmos princípios, orientações e intervenções ao contexto não formal de educação (exs.: famílias, grupos da sociedade, etc.), na medida em que não é possível educar para promover a mudança social sem que essa mudança ocorra primeiro em quem educa.



OS PRIVILÉGIOS  
SÃO INVISÍVEIS  
PARA AQUELES/AS  
QUE OS TÊM.



## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia:

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Abranches, G. (2009). *Guia para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na Administração Pública*. Lisboa: CIG.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- Cáritas Portuguesa (s/d). A igualdade de género na legislação nacional, internacional e na União Europeia (Fascículo VI). *In Caderno Prático para Integração da Igualdade de Género na Cáritas em Portugal*. Lisboa: Cáritas Portuguesa.
- Cáritas Portuguesa (s/d). Os principais conceitos para a compreensão da igualdade de género (Fascículo IV). *In Caderno Prático para Integração da Igualdade de Género na Cáritas em Portugal*. Lisboa: Cáritas Portuguesa.
- Durán, M. A. (2013). *O valor do tempo: Quantas horas te faltam ao dia?* Lisboa: CITE.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2009). *A igualdade de género em Portugal*. Lisboa: CIG.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2015). *A igualdade de género em Portugal 2013*. Lisboa: CIG.
- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2003). *Manual de formação de formadores/as em igualdade entre homens e mulheres*. Lisboa: CITE.
- European Institute for Gender Equality (2019). *Toolkit on gender-sensitive communication. A resource for policymakers, legislators, media and anyone else with an interest in making their communication more inclusive*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Monge, M. G., Rosário, M. J., & Cañamero, G. (1999). *A criatividade na coeducação: Uma estratégia para a mudança*. Lisboa: CIDM.
- Pinto, T. & Henriques, F. (1999). *Coeducação e igualdade de oportunidades*. Lisboa: CIDM.
- Silva, M. (1994). *Democracia paritária: Um conceito novo ou um novo olhar sobre a democracia?*. Lisboa: CIDM.
- UNESCO (1999). *Guidelines on gender-neutral language*. Paris: UNESCO.

### Legislação e outros instrumentos de direito nacional e internacional:

- *Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos*. Adotada no âmbito da Recomendação CM/Rec (2010)7 do Comité de Ministros.
- *Constituição da República Portuguesa*. Publicada no Diário da República n.º 86, Série I, de 10 de abril de 1976.
- *Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Adotada pelos Estados-Membros em Roma, a 4 de novembro de 1950. Publicada no Diário da República n.º 236, Série I, de 13 de outubro de 1978.
- *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres*. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 18 de dezembro de 1979. Ratificada por Portugal a 24 de abril de 1980. Publicada no Diário da República n.º 171, de 26 de julho de 1980.
- *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Adotada e proclamada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Publicada em Portugal no Diário da República, I Série A, n.º 57, de 9 de março de 1978.
- Recomendação n.º R (90) 4 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre a *Eliminação do Sexismo na Linguagem* (adoptada a 21 de fevereiro de 1990).
- Recomendação Rec (2007) 17 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre *Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género* (adoptada a 21 de novembro de 2007).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018. *Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030*. Publicada no Diário da República, 1.ª série - N.º 97, de 21 de maio de 2018.

An abstract graphic featuring a central white cloud-like shape. Surrounding this shape are various colorful elements: several thick, rounded rectangular sticks in shades of purple, teal, yellow, red, and pink, some of which are positioned as if they are sticking into the cloud. There are also small circles in yellow, teal, pink, and purple scattered around the main composition.

OBRIGADA PELA VOSSA  
PARTICIPAÇÃO!

---

DULCE COUTO